



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23072.212110/2020-26
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020



ANEXO V

TERMO PERMISSÃO REMUNERADA DE USO

DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO UFMG, CNPJ N° 17.217.985/0008-80-52, COM ENDEREÇO Avenida Antonio Carlos 6627, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, NESTE ATO DENOMINADA FAE/UFMG E REPRESENTAI POR SEU VICE-DIRETOR, PROFº Wagner Ahmad Auarek, CPF N° 370.730.606-20, RG MG 1 525 53 E PERMITE A EMPRESA _____, CNPJ N° _____, COM ENDEREÇO NA _____, NESTE ATO DENOMINADA PERMISSONÁRIA, REPRESENTADA PELO SEU PROPRIETÁRIO, SR. _____, CPF N° _____ CARTEIRA DE IDENTIDADE N° _____ - SSP/MG, O USO DE IMÓVEL DA FACULDADE EDUCAÇÃO DA UFMG, DE ACORDO COM AS SEGUINTE CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

Constitui objeto deste instrumento, a Permissão Remunerada de Uso de 01 (uma) Sala, de nº 1102, independente, com área privativa de 23,61 m², localizada no Térreo, do prédio anexo, da Faculdade de Educação da UFMG - para Prestação de Serviços de Reprografia, de que trata o Contrato nº ____/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE USO:

A FAE/UFMG permitirá o uso do local acima, obedecidas as seguintes condições:

Parágrafo Primeiro - A Permissionária deverá utilizar a sala descrita no objeto deste Termo, exclusivamente para os fins previstos no Contrato n.º ____2020, mais especificamente, para a Prestação de Serviços de Reprografia. É vedada sua utilização para fim diverso do ora estipulado.

Parágrafo Segundo - A Permissionária deverá observar no uso da área concedida, as condições e recomendações relativas ao prédio da FAE/UFMG, especialmente quanto à segurança. A utilização do imóvel não poderá prejudicar as condições de higiene, estética e segurança da FAE/UFMG.

Parágrafo Terceiro - A Permissionária não poderá ceder ou sublocar a terceiros a área em questão, comprometendo-se a devolvê-la, imediatamente, nos casos de desocupação por mudança de sede, término de vigência desta Permissão ou se solicitado pela FAE/UFMG.

Parágrafo Quarto - Em se instalando na FAE/UFMG, não será permitido à Permissionária utilizar computadores ou outros equipamentos, bem como materiais de consumo de propriedade da FAE/UFMG.

Parágrafo Quinto - A Permissionária obriga-se a manter o imóvel em perfeitas condições de conservação, responsabilizando-se pelos danos que causar e pelas demais despesas porventura existentes.

Parágrafo Sexto - A Permissionária não poderá fazer nos locais, sem a devida autorização da FAE/UFMG, qualquer alteração que envolva modificações em paredes, divisórias ou outros componentes da estrutura física das áreas. A Permissionária se compromete, ainda, a devolver o imóvel, ao término desta Permissão, com todas as benfeitorias, construções e acréscimos que vier a executar, sem que lhe caiba, em razão delas, qualquer indenização ou retenção.

Parágrafo Sétimo - A Permissionária responsabilizar-se-á pelas redes de instalações internas (elétricas e hidráulicas), devendo mantê-las em perfeitas condições de uso e funcionamento, devendo para isso:

- I - Comunicar por escrito à FAE/UFMG qualquer dano ou avaria às instalações, ficando obrigada ao ressarcimento dos prejuízos causados;
- II - Providenciar, imediatamente, o reparo das instalações, em caso de danos ou avarias ou prejuízos causados, inclusive, por seus empregados ou prepostos, no desempenho de suas tarefas ou em conexão com elas;
- III - Arcar com o ônus de toda manutenção, preventiva ou corretiva, efetuada nas instalações.

Parágrafo Oitavo - Deverão ser ressarcidos mensalmente à FAE/UFMG, pela Permissionária:

- I - O valor da conta do telefone da área em que estiver instalada;
- II - Caso venham a ser criados por órgãos governamentais outros encargos que incidam sobre o imóvel estes serão igualmente definidos.

Parágrafo Nono - A Permissionária deverá enviar, mensalmente, até o 5.º (quinto) dia útil, após o recolhimento ao Setor de Contabilidade da FAE/UFMG, cópia dos comprovantes de pagamento dos tributos relacionados no parágrafo anterior e da mensalidade especificada no caput da Cláusula Terceira.

Parágrafo Décimo - A responsabilidade pela guarda dos equipamentos é de inteira responsabilidade

da Contratada devendo a Permissionária providenciar, às suas expensas, o seguro dos equipamentos instalados na sua Central, ficando a Contratante isenta de qualquer responsabilidade em caso de sinistro (furtos, descargas elétricas, incêndio, inundação, etc).

I - As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica obedecerá o disposto a seguir: será de responsabilidade da Faculdade de Educação/UFMG

Parágrafo Décimo-Primeiro - Após o término de vigência deste Termo, ocorrido por qualquer motivo, os débitos porventura apurados deverão ser quitados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da efetiva desocupação do imóvel.

Parágrafo Décimo-Segundo - A Permissionária deverá proceder a entrega da sala, imediatamente após a sua desocupação.

Parágrafo Décimo-Terceiro - São responsabilidades da Permissionária:

I - Manter o local de trabalho em ordem;

II - Manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais de segurança contra riscos de acidentes;

III - Manter, nas dependências da UFMG, seus empregados convenientemente trajados e identificados mediante uso de crachá da empresa;

Parágrafo Décimo-Quarto - A Permissionária deverá arcar com todos os custos inerentes, tais como: disponibilização de operadores, supervisores e técnicos; material, inclusive papel; encargos sociais,

fiscais, comerciais, tributos e emolumentos; assistência técnica; toner e peças de reposição, e todas as demais despesas necessárias à prestação dos serviços, cabendo à Contratante efetuar, tão somente, o pagamento dos serviços executados em conformidade com a proposta;

Parágrafo Décimo-Quinto - É de responsabilidade da Permissionária todos os tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes das relações de trabalho, bem como, o cumprimento das convenções coletivas da categoria e de todos os dispositivos legais pertinentes;

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O valor mensal devido a título de remuneração, pela Permissão Remunerada de Uso da Sala 1102, andar térreo, prédio anexo da Faculdade de Educação da UFMG, totalizando 23,61 m², será de R\$ 1.435,00 (hum mil e quatrocentos e trinta e cinco reais) a serem pagos mensalmente.

Parágrafo Primeiro - O valor mensal devido a título de remuneração pela Permissionária à Permitente, foi calculado pelo valor médio por metro quadrado praticado na região da Pampulha próximo ao campus da UFMG .

Parágrafo Segundo - Os valores devidos, referente ao uso da Sala e despesas com consumo de telefone, seguro e tributos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como outras despesas de responsabilidade da Permissionária, deverão ser recolhidos no Banco ____, agência ____, conta corrente ____, depósito identificado através de GRU (Guia de Recolhimento da União) emitida pela(o) _____, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento da mensalidade.

I - A PERMISSONÁRIA receberá, oportunamente, por ofício informações bancárias para efetuar o crédito.

II - As mensalidades vencem no último dia de cada mês;

III - Os valores correspondentes aos consumos mensais de energia elétrica, água, telefone externo, seguro e tributos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel cedido será de responsabilidade da Faculdade de Educação/UFMG.

IV - Caso venham a ser criados, por órgãos governamentais, outros encargos que incidam sobre o imóvel, estes serão definidos, proporcionalmente, pela área que a Permissionária ocupar na FAE/UFMG.

Parágrafo Terceiro - O pagamento efetuado após o prazo citado no parágrafo anterior deverá ser feito com acréscimo de atualização financeira, sem prejuízo da multa de que trata o inciso II da Cláusula Quarta, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = \left\{ \left[\left(\frac{d}{30} \right) \times (1 + TR/100) - 1 \right] \times Rd \right\} + Rd.$$

Sendo:

AF – atualização Financeira;

TR – percentual atribuído à Taxa Referencial (pro - rata tempo ris), com vigência a partir da data do adimplemento da obrigação;

d – número de dias corridos em atraso, decorridos entre a data de vencimento da obrigação até o dia do efetivo pagamento;

Rd – remuneração devida.

Parágrafo Quarto - A Permissionária deverá enviar, mensalmente, cópia do comprovante de pagamento ao Fiscal do Contrato da FAE/UFMG.

Parágrafo Quinto- O movimento da Central diminui durante o período de férias e recessos escolares, não tendo a Universidade qualquer responsabilidade sobre este fato e o que dele decorrer. Nestes períodos, o valor da mensalidade proposta poderá ser reduzido em até 40% proporcionalmente aos dias de recesso e férias escolares;

Parágrafo Sexto– O presente instrumento poderá ser alterado para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nos casos de ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto pactuado, e, também, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou da Administração.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES

A Permissionária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para utilização da Sala, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades seguintes:

I - Multa de 20% (vinte por cento) do valor da mensalidade devida pela não assinatura da Permissão Remunerada de Uso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação da Faculdade de Educação da UFMG;

II - Incorrendo a Permissionária em descumprimento de qualquer Cláusula do presente Termo, sujeitar-se-á a multa no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor mensal da contraprestação, devidamente corrigida. Em caso de reincidência este percentual será de 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

A permissão ora outorgada iniciar-se-á sua vigência a partir da data da Ordem de Ocupação expedida pela UFMG, que se dará somente após a assinatura deste Termo, sendo que, o término da vigência está vinculado ao Contrato n.º ____/2020, podendo ser revogada, a qualquer tempo, a critério da UFMG, que, neste caso, informará o fato com 30 (trinta) dias de antecedência, não gerando a permissionária direito a indenizações.

A Permissão ora outorgada terá sua vigência vinculada ao Contrato n.º ____/2020.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO MENSAL CONTRATADA

A remuneração mensal contratada será reajustada a cada 12 meses contados a partir da data de início das atividades pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro que venha a ser fixado pelo governo Federal, para atualização do valor mensal pago pela Contratada a título de indenização pecuniária (aluguel), através da aplicação da seguinte fórmula:

$$RMC = \frac{INPC\ 1}{INPC\ 0} \times RM,$$

Onde:

RMC = remuneração mensal corrigida;

INPC 1 = número índice do INPC do segundo mês anterior ao do vencimento da anualidade;

INPC 0 = número índice do INPC do segundo mês anterior ao da assinatura do Termo;

RM = remuneração mensal (inicial).

Parágrafo Primeiro - O reajuste acima referido poderá ocorrer em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, caso haja autorização expressa do Governo Federal, por critérios a serem posteriormente definidos.

Parágrafo Segundo - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços

do valor remanescente, sempre que ocorrer.

Parágrafo Terceiro – Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Parágrafo Quarto – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser realizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo Quinto – Na ausência de revisão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sexto – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: FORO

Por força do disposto no Art. 109, Inciso I da Constituição Federal, o Foro da Justiça Federal Seção Judiciária de Minas Gerais será competente para dirimir dúvidas e/ou questões resultantes de interpretações e/ou execução do presente instrumento.

E por estarem justo e contratado, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2020.

WAGNER AHMAD AUAREK
Vice Diretor
Inscrição UFMG: nº 220.353

CONTRATADA

Testemunha
Identidade/CPF

Testemunha
Identidade/CPF



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Ahmad Auarek, Vice diretor(a) de unidade**, em 17/09/2020, às 07:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0206571** e o código CRC **8C0041BE**.